



# CRÍTICA DE CIÊNCIA

---

*Jesus de Paula Assis*

Hoje, universidades e agências de fomento incentivam a criação de cursos especiais para a formação de jornalistas de ciência. Convém, no entanto, examinar com vagar os pressupostos desses cursos, sua finalidade e seus limites. A tese aqui desenvolvida diz respeito à necessidade de que a relação entre cientistas e a mídia seja mais proveitosa, questão que não pode ser resolvida por meio desse tipo de iniciativa. Esperar que o jornalista tenha domínio de todas as atividades científicas não faz sentido. O equipamento básico para cobrir ciência deve ser outro: desconfiança, senso de oportunidade, senso jornalístico, coragem para dizer à fonte que não entendeu a resposta e, enfim, saber escrever de forma atraente.

*... for it is work on behalf of civilization that requires extreme patience, and that must repeatedly accept defeat.*

Peter Gay

## **Cientistas e jornalistas: tensões e estereótipos**

Agradeço as sugestões de Cássio Leite Vieira, que muito fizeram para melhorar este texto.

Uma constante nos textos cujo objeto de discussão é jornalismo de ciência (ou divulgação de ciência) é a dificuldade de comunicação entre cientista e jornalista: têm *timings* diferentes, falam com públicos diferentes, têm métodos de revisão e de aceitação de opiniões diferentes etc. Tudo isso leva a uma tensão que se traduz em estereótipos criados por ambos os lados.

Para uma parcela da comunidade de cientistas, o jornalista é malformado, mal-informado, apressado e tem uma agenda própria que não inclui divulgação de conhecimento fundamentado. Tal agenda diria respeito a sua ascensão no jornal, que se dá pelo interesse que suas matérias possam despertar junto a seus superiores e junto a seu público.

Para o jornalista, o cientista é lento, abstruso, oblíquo e arredo.

É claro que tais características não são defeitos. São, antes, resultado do meio em que cada um desses atores se movimentam.

O cientista vive em um mundo em que as demandas são mais lentas que as impostas ao jornalista, pois dificilmente se dão no dia-a-dia. Os assuntos de que trata são de fato complexos, especialmente se de ponta. E, temendo ser mal compreendido e precisar se explicar para um público para o qual não estava sequer interessado em aparecer, freqüentemente tem um comportamento arredo.

O jornalista é um profissional cuja carreira está ligada completamente à repercussão de seu trabalho junto ao público leigo. Gerou polêmica? Conseguiu ter um resumo de seu texto publicado na primeira página daquele número do jornal ou revista? Exigiu réplica? Se todas as respostas forem afirmativas, então é trabalho que lhe garante currículo positivo. É claro que não pode, para exercer sua profissão, ter domínio completo de cada área que cobre.<sup>1</sup> O jornalista tem fechamentos diários ou, na melhor das hipóteses, mensais. Logo, não pode se aprofundar em nada sobre o que escreve. Isso pode gerar a imagem (falsa) da preguiça intelectual e da pressa.

Tanto jornalistas como cientistas encontram-se distribuídos em uma escala com relação a esses tipos.

<sup>1</sup> Aliás, isso parece ser uma reivindicação constante dos cientistas, que aqui e ali sugerem como saída para essa tensão o desenvolvimento de cursos para jornalistas. Os clubes de futebol não pedem que jornalistas tenham sido, pelo menos, aspirantes ou ex-jogadores em times juvenis. Talvez, aqui, trate-se menos de despreparo do jornalista para reportar um assunto específico e mais de uma certa arrogância acadêmica, que enxerga a própria atividade como especialmente complexa.

Existe o cientista acessível, que rapidamente se torna fonte privilegiada de jornais, quando não colunista. Existe o jornalista com sólida formação científica. Mas essas características não garantem muito. O cientista acessível pode ser boa fonte para mau jornalismo, pois não é incomum que se trate de um pária em sua especialidade. O jornalista com sólida formação científica pode ser um *insider* que, aos poucos, vai se tornando mais porta-voz de um grupo de interesses e menos um investigador curioso, um avatar do leitor.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Esse não é certamente um problema exclusivo do jornalismo de ciência. Na reportagem política, econômica ou esportiva, o problema se repete: ou o repórter é um *outsider* e não consegue matérias que dêem leitura, pois tem pouco trânsito com as principais fontes, ou é um *insider* e se torna mais porta-voz de quem quer falar do que investigador em nome da curiosidade do leitor. Renovar sempre o quadro de repórteres faz os donos dos jornais verem seu público se afastar, pois falta o sal da notícia de bastidores. Manter um quadro estável leva o diretor de redação a não saber mais se tem em sua equipe repórteres ou meio-assessores de imprensa. Não que o *insider* aja de má fé. Sua atitude é apenas resultado do desenvolvimento natural de uma intimidade entre o jornalista e o grupo que cobre.

E então existe o leitor. Ele entra em uma posição central, embora ausente do cenário. Toda a tensão entre cientista e jornalista acontece em torno da crença em que os leitores querem conhecer ciência.

Os termos estão dados:

- a. O leitor quer conhecer.
- b. O jornalista quer impressionar o leitor.
- c. O cientista como tal não tem interesse direto no leitor (embora, como leigo, tenha interesse em outras áreas científicas diferentes da sua publicadas no jornal).

O texto que segue tentar refletir sobre o que esse leitor de fato quer (o que se traduz mais ou menos em “o que é ciência para ele?”) e o que um jornal quer (que é o que determina a atividade do jornalista). O esclarecimento desses dois tópicos deverá levar a um conseqüente esclarecimento da tensão entre essas duas classes profissionais.

Esse (pretenso) esclarecimento abre espaço para que perguntemos por que existe na imprensa, e achamos natural e bom que exista, crítica de teatro, de cinema, de esporte, de artes visuais, mas, ao mesmo tempo, soa estranha a expressão “crítica de ciência”. Não seria uma atividade desejável? E se for, qual o papel do crítico e do jornalista de ciência?

## O que é ciência para o leitor

A menos do raro caso em que o leitor é também um produtor de ciência, seu acesso a esse conjunto pouco definido de atividades é via a mídia jornalística. Uma vez que esta deve competir por sua atenção com outros tantos setores de entretenimento, seu enfoque acaba sendo, ele também, de entretenimento, assunto que exploraremos melhor na seção seguinte. Neste momento, apenas noto que a cobertura das atividades científicas deve se conformar aos

<sup>3</sup> É claro que *leitor* é uma palavra que engloba *cientista*. Os cientistas profissionais não se encontram em qualquer posição privilegiada em comparação com o leitor leigo, quando se trata dos valores atribuídos à ciência. Além disso, pelo menos um estudo empírico mostra que os juízos (científicos) dos cientistas são muito influenciados pela imprensa leiga (veja PHILLIPS, D. P.; KANTER, E. J.; BEDNARCZYK, B. & TASTAD, P. L. Importance of the Lay Press in the Transmission of Medical Knowledge to the Scientific Community, *The New England Journal of Medicine*, vol. 325 (16), pp. 1180-1183, 1991).

<sup>4</sup> Popper estava certamente atento a essas dificuldades quando escrevia que o método científico – baseado no *modus tollens*: se (a implica b) e (não-b), então (não-a) – depende, antes de mais nada, de os cientistas entrarem em um *acordo racional*, uma expressão obviamente oximorônica.

<sup>5</sup> Os imperativos institucionais da atividade dos cientistas, segundo Robert Merton, são: universalidade (não manter preconceitos quanto à origem ou condição social de um colega), comunismo (divulgar todos os resultados de pesquisa), desinteresse (considerar a busca do conhecimento um valor em si) e ceticismo (aceitar resultados depois de os ter repetido).

<sup>6</sup> Citando Kuhn: *Descobrir o argumento de Feyerabend como uma defesa da irracionalidade na ciência me parece não apenas absurdo, mas vagamente obsceno. Eu o descreveria, junto do meu modelo, como uma tentativa de mostrar que as teorias da racionalidade existentes não são corretas e que precisamos reajustá-las ou mudá-las para explicar por que a ciência funciona como o faz*. Reflections on my Critics, in LAKATOS, Imre & MUSGRAVE, Alan (organizadores). *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

preconceitos do leitor e não os confrontar. Assim, é essencial ver um pouco quais seriam esses preconceitos.<sup>3</sup>

A posição da ciência na sociedade contemporânea é uma herança do século 17, da chamada Revolução Científica. *Grosso modo*, o apelo à tradição como fonte de autoridade e a citação dos clássicos como meio lícito de encerrar dilemas foram ambos nominalmente abandonados. Em seu lugar, instaurou-se um sistema que pode ser reduzido a três etapas:

- a. os cientistas formulam teorias;
- b. os cientistas testam tais teorias contra a experiência;
- c. o resultado desse teste determina o descarte ou a manutenção das teorias.

A codificação, um tanto menos esquemática, desse procedimento é o cerne da filosofia da ciência de Karl Popper e constitui a filosofia de algibeira de quase todo cientista natural.

É claro que um exame seja da situação histórica em que acontece a Revolução Científica, seja da codificação popperiana, apresentará problemas graves.<sup>4</sup> O apelo à tradição não é sinônimo de paralisia intelectual, as objeções a Galileu formuladas por intelectuais da Igreja não são absurdas e não podem ser caracterizadas como um emblema da luta obscurantismo *versus* esclarecimento, o uso dos resultados da experiência como método de decisão entre teorias não é um princípio sempre seguido à risca, os valores que Merton afirmava serem os pilares da comunidade científica raramente são todos realmente levados a sério pelos cientistas.<sup>5</sup>

Mas mesmo uma persistente crítica relativista da atividade científica (empreendida, entre outros, mais destacadamente por Thomas Kuhn e Paul Feyerabend na década de 1960) em pouco resultou para mudar a imagem do cientista imparcial, absolutamente sujeito à experiência, divulgador incansável de todos os seus resultados e, se não desejoso, pelo menos apto a abandonar suas teorias mais arraigadas quando a experiência as contradisser. Na verdade, tal crítica serviu principalmente para fomentar um descrédito na atividade científica que absolutamente não estava nas intenções de seus protagonistas.<sup>6</sup>

Para a parcela irracionalista do leigo, a autoridade da ciência não existe. “Ciência” é só um emblema vagamente confundido com malefícios ao meio ambiente e à saúde e obstáculo à retomada de uma suposta condição histórica anterior, mais próxima à natureza.

Para o irracionalismo supostamente informado, essa ausência de autoridade tem até fundamento, justamente na obra dos pouco lidos Kuhn, Feyerabend ou, mais recentemente, Latour.<sup>7</sup> Para o cientista, vale o popperismo de conveniência. Conveniência pois mantém incensadas as imagens da racionalidade, da imparcialidade e do rigor que lhe garantem, sem ulterior discussão, direito a uma parcela da receita do Estado.<sup>8</sup>

A grande maioria acredita nos benefícios da ciência ou, pelo menos, de uma tal ciência pura e independente de pressões políticas. Desde cedo em nossa educação formal (e informal também) somos ensinados a comprometer o futuro com o progresso da ciência. Trata-se da única atividade (exercida pela única classe de pessoas aptas a isso) que qualifica, descobre, explica e prediz tudo o que pode interessar às pessoas. A interligação entre ciência e tecnologia,<sup>9</sup> algo mais que dubitável, praticamente fundamenta a crença no caráter essencial da atividade científica para o cotidiano.

Para concluir, o equipamento cultural do leitor informado (pensando aqui nos leitores dos jornais supostamente sérios e deixando de lado os que obtêm notícias exclusivamente, ou quase, por meio da TV) caracteriza as ciências como:

1. atividades que, mesmo díspares, podem ser descritas como resultantes da operação constante de um (elusivo) método, único responsável pelo caráter preciso de suas predições; como corolário, atividades cujos princípios éticos representam o melhor que se pode encontrar na humanidade;
2. atividades indissociavelmente ligadas à produção de tecnologia, ficando em segundo plano seu lugar como formadoras intelectuais e, eventualmente, de mão-de-obra superespecializada; como corolário, atividades que resultam em *gadgets*;
3. atividades que apresentam pólos bem definidos chamados “puras” e “aplicadas”;
4. sinônimo de progresso;
5. atividades não só laicas, mas contrárias às crenças religiosas mais comuns;
6. atividades que, por sua ligação (sempre suposta) com a tecnologia, podem ter resultados danosos para a sociedade;<sup>10</sup>
7. atividades que, mesmo coletivas, apóiam-se em uma seqüência de heróis (Galileu, Newton, Einstein,

<sup>7</sup> KUHN, Thomas. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

FEYERABEND, Paul. *Against Method*. Verso, 1988 (edição revista).

FEYERABEND, Paul. *Farewell to Reason*. Verso, 1987.

LATOUR, Bruno. *Science in Action*. Harvard University Press, 1987.

<sup>8</sup> Não quero dizer que a parcela seja imerecida ou entrar em considerações a respeito de qual o valor correto, se é que isso existe. Apenas noto que a imagem descrita certamente ajuda o cientista a se candidatar ao estipêndio.

<sup>9</sup> COLLINS, Harry & PINCH, Trevor. *The Golem, What everyone should know about science*. 2. ed., Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

COLLINS, Harry & PINCH, Trevor. *The Golem at large, What you should know about technology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

<sup>10</sup> Essa pode ser a raiz da imagem moderna do cientista e do futuro mostrada na literatura e cinema de entretenimento (e não só neles, mas também em muito do que se chama arte *highbrow*). Mesmo assim, o resultado geral, ainda que faça o cientista aparecer como alguém responsável por alguma catástrofe, o coloca como personagem digno de toda reverência e sua atividade, digna de todo carinho, a despeito de resultados negativos, invariavelmente atribuídos a um uso impensado ou de má-fé por pessoas alheias à esfera do saber científico (veja DE PAULA ASSIS, Jesus. *Visões do futuro: imagens da ciência e do cientista*. *Lua Nova*, n. 37, pp. 209-228, 1996).

Darwin e, no Brasil, Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e César Lattes) e em uma seqüência de bem marcadas datas: as descobertas.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> GALLUP. *O que o brasileiro pensa da ciência e da tecnologia*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 1987.

Cada um dos itens dessa lista (que não se pretende exaustiva) pode ser desafiado com bons exemplos históricos e boas argumentações. Mas isso fica restrito a uma classe de estudiosos que fazem da comunidade científica e de seus métodos seu objeto de estudo.<sup>12</sup> Desnecessário frisar quão pouca ressonância esses estudos têm na Universidade, que dizer fora dela.

<sup>12</sup> Cada vez mais se usa a expressão *science studies* para caracterizar o que fazem esses profissionais. Hoje, as velhas divisões entre filosofia, sociologia, história ou antropologia da ciência definem mal a natureza de seu trabalho.

## Jornalismo de ciência

“Jornalismo científico” pode induzir a uma leitura como “modo científico (isto é, mais preciso) de fazer jornalismo”. Por isso, prefiro “jornalismo de ciência”.

A ligação da atividade jornalística com o entretenimento tem uma longa história, que começa ainda no século 19, quando a necessidade de vencer na competição entre empresas jornalísticas levou os pioneiros da imprensa popular norte-americana a criar notícias. Essa atividade se desenvolve até hoje e muito do que era criticável como “notícia inventada” é hoje tomado como jornalismo normal de boa qualidade.<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Daniel Boorstin cita o exemplo das críticas que apareceram quando os jornais começaram a publicar entrevistas. Tratava-se, diziam os adeptos do jornalismo tradicional, de criação de fatos, pois a função do repórter seria colher o que o mundo espontaneamente oferece e não forçar o mundo a criar fatos para o jornal.

<sup>14</sup> BOORSTIN, Daniel. *The image, a guide to pseudo-events in America*. Vintage Books, 1992 (primeira edição de 1961).

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2*. Tradução de André Telles. Jorge Zahar Editor, 2001.

GABLER, Neal. *Life, the movie - How entertainment conquered reality*. Alfred Knopf, 1999.

NELKIN, Dorothy. *Selling Science - How the press covers science and technology*. W. H. Freeman Co., 1995.

<sup>15</sup> Não só sobre pessoas, mas sobre fatos ou coisas. Dolly, em 1997, teve sua *lifie* passada todos os dias nos jornais. Os primeiros ônibus espaciais, quando eram novidade, compuseram *lifies*.

Aqui seria também o lugar para falar de uma sociedade do espetáculo ou uma cultura do entretenimento. Remeto o leitor à bibliografia citada (Boorstin, Bourdieu, Gabler, Nelkin).<sup>14</sup> Friso apenas, a título de resumo do argumento geral que norteia esses autores, que os fatos, para aparecerem no jornal (ou nas revistas ou na TV) devem obedecer a regras que têm a ver com seu caráter de entretenimento. E como não é possível entreter o leitor todos os dias com fatos novos (já que o mundo é menos surpreendente do que essas mídias requerem), o jeito é criá-los. Gabler dá o nome de *lifies* (a partir de *movies*) ao grosso do que lemos sobre pessoas nos jornais.<sup>15</sup> Todos os dias, o leitor acompanha novelas (*lifies*) em que personagens aparecem, juram, negam, choram, esperneiam, acusam, confessam, arrependem-se etc. Quando a novela se estende, os jornais e TVs criam vinhetas especiais, para que o leitor/espectador saiba que o próximo segmento do jornal vai encenar o capítulo mais recente da novela “Bill e Monica” ou “Caçada a Osama”. Nem todo dia existem fatos novos para encher essas novelas. Mas a vinheta está criada, o espectador aguarda, o empresário-jornalista teme que a novela da concorrência seja mais atraente e, então, todo dia aparece uma testemunha

crucial, um amigo de infância, a professora presciente, a gravação esquecida, o disquete que pode conter informações, o comentarista que apresenta um novo ângulo, o comentarista que rebate o que disse o comentarista de ontem etc. Esse processo consome o enredo e, em pouco tempo, outra *lifie* entra em seu lugar.

Some-se a isso o que Bourdieu chama de “lógica do tudo ou nada” (não são possíveis nuances em um texto jornalístico) e veremos que, para que o jornalista de ciência sobreviva, o preço será certamente uma informação formatada de acordo com cânones bem rígidos que têm a ver basicamente com entretenimento, embora mantenha (e isso é uma condição definidora) o mito de que se baseia em fontes isentas, precisas e abrangentes (tanto quanto é possível no ritmo que a mídia exige).<sup>16</sup>

Jornalismo responde exclusivamente (ou quase) à emoção das pessoas. Ou seja, ser jornalista é, antes de mais nada, achar assuntos que possam cumprir esse objetivo primeiro. Tanto melhor se isso estiver ancorado (mesmo que remotamente) a algum fato. Se não estiver, o jeito é forjá-lo.<sup>17</sup> Qual o limite permitido para forjar a realidade é o que determina a qualidade do jornalismo.

Ver na atividade jornalística algo transformador, formador, transgressor, liberador etc. parece hoje um pouco fora de lugar. O jornal existe para reforçar o que o leitor pensa, fornecendo-lhe diariamente uma dose mínima de fatos divertidos, que lhe dêem exemplos concretos de seus pré-juízos. Assim, o jornalismo de ciência deve se pautar na imagem que o leigo tem de ciência, descrita no item anterior, e deve procurar, para instanciar esses pré-juízos, algumas *lifies*, que possam se colocar em condições de competir com as outras que aparecem nas demais seções do jornal.

Mesmo o artifício do *box*, aquele texto lateral que contextualiza, polemiza, esclarece ou põe o assunto da notícia em perspectiva mais ampla, não muda esse panorama. O espaço de que dispõe é pequeno para o desenvolvimento de argumentos e, quando existe polêmica, é ocupado por contestações sintéticas, que resultam do princípio mais ou menos pueril de *ouvir os dois lados* de uma dada polêmica. Na prática, se X afirma Y sobre Z, Z ou alguém ligado a ele deve ter espaço de defesa *no mesmo* espaço. Como em qualquer outro campo, em jornalismo de ciência isso pouco ajuda. Apenas põe em relevo a informação absolutamente trivial de que nas ciências, como em quaisquer outras atividades, existem várias maneiras de abordar o mesmo assunto. E essa caricatura de equilíbrio só é adotada quando o

<sup>16</sup> Isso vale em qualquer caso e a cobertura de ciência em hipótese alguma deve ser considerada especial. Para o profissional de futebol, certamente o noticiário de esportes é pífio. Para o economista, para o político, para o administrador vale a mesma situação. Dos fatos (sem entrar em nenhuma discussão epistemológica), praticamente só transpira para o jornal diário o que se encaixa em uma *lifie*. É nesse sentido que Dorothy Nelkin nota que a cobertura de ciência se caracteriza por três parâmetros: 1. a *imagem substitui o conteúdo*; 2. a *pesquisa se torna uma série de eventos dramáticos* e 3. o *foco da notícia é a competição*. Ou seja, todos os elementos que definem uma *lifie*.

<sup>17</sup> “Forjar” aqui é algo ligado à relevância do que é reportado, não à sua realidade. O fato noticiado existe, as pessoas existem e falam mais ou menos de acordo com o que aparece entre aspas no texto jornalístico. O que é forjada é a ligação entre fatos, as relações de causa e efeito e a relevância da informação para o contexto em que aparece.

fato científico noticiado é de alguma forma percebido pelo jornalista como negativo. Se não – como no caso de alguma descoberta supostamente importante –, o termo muda para *repercussão*. Já não há por que ouvir os dois lados, basta repercutir o conteúdo inicial junto a membros relevantes da comunidade em geral (e não apenas da comunidade em questão). De qualquer forma, a simples disposição gráfica (no jornal ou revista, mas há equivalentes na TV) dará a tais textos um caráter acessório (entenda-se, *saltável*, sem perda de informação), ou seja, de coisa menos importante que o fato sensacional que motivou a existência daquela notícia.

Em resumo, o texto principal deve entreter, aproximar-se de uma *lifie*. A qualidade jornalística é resolvida ou pelo princípio dos “dois lados” ou pela atribuição de crédito: “o cientista X diz que provou Y”. Garantir que haja um sujeito e que esse sujeito *diga* algo praticamente exime o jornalista de responsabilidade.

### Comentários finais

Do que se expôs, seria pretensioso fechar com a palavra *conclusão*. Descartar ou reformar os jornais, reformar currículos universitários, definir ciência, refinar (segundo nossos gostos) o gosto do leitor, criar uma ágora para cientistas (de todas as especialidades) e jornalistas (de todas as mídias) são emblemas para discussões cujo âmbito e escopo são tão grandes que nem saberíamos dizer por onde começar. Os itens anteriores devem ter deixado no ar a idéia de que a pretensão dos jornais (pelo menos como são hoje, na sociedade em que circulam) não pode ser facilmente compatibilizada com a de informação científica precisa (supondo que a comunidade acadêmica tenha uma idéia uniforme quanto ao que queira dizer). O que segue, portanto, são algumas idéias que podem subsidiar discussões sobre como e por quê formar jornalistas de ciência.

### *Ciência*

Não tocamos até aqui em um ponto importante. Damos como certo que existe uma atividade vagamente definida como “jornalismo esportivo”, mas sempre esperamos que a cobertura de um certo evento relevante seja feita por um especialista daquela modalidade. Um comentário sobre uma final de futebol escrita por um especialista em esqui aquático poderá ter um certo sabor inusitado, mas não pode se tornar a norma em um jornal que se pretenda sério, preciso.

Em jornalismo de ciência, essa exigência é menos aparente. E, pela própria definição da palavra “ciência”, talvez ainda mais necessária. Neste ponto, seria então relevante discutir brevemente o termo “ciência”.

De fato, não existe uma atividade bem definida que possa receber o nome de “ciência”. Não existe acordo quanto ao que devemos chamar “método científico”. Por exemplo, explicações finalistas (do tipo “a existência/ presença de X é explicada por sua função em um meio mais amplo, visando à continuação desse meio”) são centrais na biologia e inadmissíveis na física. Em ciências mais *soft* como a antropologia, é difícil traçar a linha entre explicação causal, exposição de razões e descrição de um dado comportamento. Quando um antropólogo descreve um comportamento e diz *porque*, que tipo de explicação usa? E, na escolha do comportamento a descrever, que tipo de teoria usou para se guiar, para separar comportamentos em relevantes e irrelevantes? (Lembremo-nos da definição de “sociologia” de Max Weber: “É a ciência que se ocupa da compreensão interpretativa da ação social e, ligado a isso, com a explicação causal de seu curso e conseqüências”. A definição une dois tipos de discurso, o interpretativo e o causal, que não parecem miscíveis. No entanto, o resultado é uma atividade evidentemente assimilada à palavra “ciência”).

Essa falta de unidade é mais fundamental do que dizer que existem especializações científicas, que biólogos tratam de coisas vivas (ou quase) e que geólogos tratam de coisas inanimadas. Se formos buscar alguma unidade em ciência certamente procuraremos por seu método, uma pesquisa que, até hoje, não apresentou resultados convincentes.

Enfim, esse é o quadro atual: embora os cientistas continuem afirmando que sua atividade se baseia na aplicação racional de um método, o que a distingue de todas as outras empreendidas pelo homem, o fato é que as pesquisas que visaram a determinar tal método deram em resultados decepcionantes. Noutras palavras: devemos acreditar nos cientistas não pelo que eles dizem, mas pelo que eles fazem. Seu discurso é ideológico, já que as razões nele apresentadas não são nem de longe suficientes para explicar o sucesso das ciências naturais.

### *Formação de jornalistas de ciência*

Se for verdade que seria mais próprio falar em *atividades científicas* no lugar de falar em *ciência*, que sentido teria formar jornalistas de ciência? De um lado, a especialização levaria a que as editoriais de ciência teriam de ser

maiores, em qualquer jornal, que todas as outras juntas. E a que tal especialização levaria? Provavelmente apenas a um noticiário mais extenso e desinteressante. Da mesma forma que existem jornalistas esportivos e críticos deste ou daquele esporte, seria talvez mais interessante existirem dois tipos distintos de profissionais: jornalistas de ciência e críticos especializados.

Passamos primeiro à questão de como formar esses jornalistas. Esperar que o jornalista tenha domínio de todas as atividades científicas não tem sentido. Mesmo esperar que as conheça todas é querer mais do que se demanda dos próprios cientistas. Assim, o equipamento básico para cobrir ciência deve ser outro, menos ligado a conhecimento específico. E esse equipamento básico não tem a ver com informação científica precisa, nem poderia, pois essa informação é, primeiro, muito extensa e, segundo, perecível rapidamente. Essa base não difere, na cobertura de ciência, daquela requerida em qualquer outra área do jornal: desconfiança, senso de oportunidade, senso jornalístico (o que vai estimular mais o leitor?), coragem para dizer à fonte que não entendeu a resposta e perguntar novamente (e não reportar algo que não compreendeu na esperança de que alguém mais informado entenda), saber escrever de forma atraente. Se esse equipamento estiver completo, qualquer cobertura será boa. E note que não existe nessa pequena lista nada específico com relação às atividades científicas.

Nesse sentido, esforços de sociedades científicas para formar jornalistas são, no mínimo, mal focalizados. Digo no mínimo porque, na média, traduzem principalmente uma posição paternalista das comunidades acadêmicas, que se pretendem únicas capazes não só de exercer, mas de reportar e comentar sua profissão.

A informação precisa (independente do canal por onde seja divulgada) acontece na interação entre jornalistas e cientistas ambos bem-formados. Por *bem-formado*, entenda-se cidadão, pessoa capaz de situar sua atividade em um contexto mais geral, capaz de compreender outras atividades a partir de um mínimo de informação contextual. Essa formação geral está acontecendo nas universidades? Ou será que o foco tem sido os cursos específicos, o cumprimento de créditos, a exigência de cronogramas e de notas? Acredito que, infelizmente, apesar de as universidades (pelo menos as grandes) disporem de gente e de espaço para dar aos alunos uma formação mais ampla, o fato é que essa formação, quando acontece, se dá *no espaço* da Universidade, mas não *por iniciativa* dela. As atividades que

ocorrem nos centros acadêmicos, nos refeitórios etc., que põem em contato alunos e professores com diferentes perspectivas, é fundamental, mas isso apenas acontece. Não existem cursos básicos que formem, antes do engenheiro ou do sociólogo, o universitário. Como esperar, nesse contexto, formar bons divulgadores? E para quê?

É claro que falar em uma reforma da Universidade para, só então, falar em formação de jornalistas de ciência (quando esta, possivelmente, se tornaria desnecessária) é convidar ao imobilismo. No entanto, atacar o problema de informação jornalística de ciência pelo viés do “vamos criar cursos para formar jornalistas especializados” é perder a perspectiva da precariedade dessas soluções e de sua essencial inutilidade. Um currículo universitário digno da palavra levaria a jornalistas melhores, a leitores melhores, a formadores de opinião melhores.

### *Crítica de ciência*

Distinguimos entre crítica de teatro e jornalismo sobre teatro e, de forma geral, a distinção vale em assuntos culturais bem especializados. Mas parece não existir uma crítica de ciência. Por quê? Por que consideramos biologia mais complexo que cinema e nos permitimos apenas produzir crítica deste e não da primeira? Acredito que a inexistência dessa crítica especializada tenha origem em nossa educação. Como dissemos acima, somos desde cedo, e por todas as mídias, preparados para considerar ciência uma atividade bem definida (o que já é problemático) e reservada a uma fração especial da humanidade, que exerce seu complexo método, entende sua abstrusa linguagem formal, domina um extenso jargão técnico e se rende à sua estrita ética.

Dizer que essa imagem é questionável já levanta suspeitas. Afinal, os cientistas estudam o que existe, sem se deixar levar por emoções ou pré-juízos, ou opiniões políticas, ou qualquer outro aspecto subjetivo. Nessa imagem idealizada, enfim, tudo o que é subjetivo é estirpado e sobra apenas a realidade, com o que não tem sentido discutir. Por isso talvez pareça natural haver crítica de teatro e não de física. Afinal, o drama lida com aspectos subjetivos, pode servir a propósitos políticos, pode ter origem em um contexto ideológico. Mas a física lida com o que existe: aquilo que afirma ou é verdadeiro ou é falso. Como não existem matizes entre esses dois extremos, não existe espaço para crítica. Ou, noutros termos, existe espaço. Mas então, esse

espaço acontece *dentro* da atividade. Ou seja, físicos podem criticar físicos, à procura de erros não percebidos, soluções mais simples para problemas claramente definidos etc. Qualquer outra forma de crítica seria descartada de saída como mal-informada.

E essa falta de espaço para crítica tem origem na mesma matriz de onde vêm as soluções para formar divulgadores. Não se exige que o crítico de teatro seja ele mesmo um dramaturgo, mas se exige que o jornalista de ciência tenha tido sua formação específica monitorada por cientistas e, quanto a crítico... Isso simplesmente não é possível, nem se fala. E a formação desse crítico (e do leitor para ele) está indissociavelmente ligada ao destino formador da Universidade, um trabalho essencial, civilizatório, que requer extrema paciência e deve continuamente aceitar reveses.

Jesus de Paula Assis é físico, doutor em Sociologia da Ciência e redator e editor free lance. Foi editor de ciência na *Folha de São Paulo* e na revista *Ciência Hoje*.  
assisjp@ig.com.br